

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ENFERMAGEM

MARIA EDUARDA SCHNEIDER PESSETTI

**PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE E SAÚDE
REPRODUTIVA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO SUL CATARINENSE**

CRICIÚMA

2022

MARIA EDUARDA SCHNEIDER PESSETTI

**PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE E SAÚDE
REPRODUTIVA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO SUL CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Enfermagem da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof. Me. Letícia Felipe Milak

**CRICIÚMA
2022**

MARIA EDUARDA SCHNEIDER PESSETTI

**PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE E SAÚDE
REPRODUTIVA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO SUL CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Enfermagem da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 28 de Novembro de 2022.

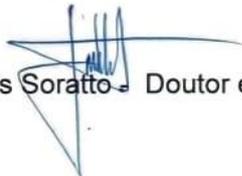
BANCA EXAMINADORA

Leticia Felipe Milak.

Prof^a. Leticia Felipe Milak - Mestre em Saúde Coletiva (UNESC) - Orientadora



Prof^a. Fabiane Ferraz - Doutora em Enfermagem - (UNESC)



Prof. Jacks Soratto - Doutor em Enfermagem - (UNESC)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, autor de minha existência. Em especial aos meus pais, que são sinônimos de amor infinito e grandes heróis durante essa difícil jornada. A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho, aos meus pais, que estiveram ao meu lado ao longo de toda a minha trajetória, pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações.

Agradeço à minha orientadora, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa e pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo. A todos aqueles que participaram, direta ou indiretamente, do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer. Seja a mudança que você quer ver no mundo”

Mahatma Gandhi

RESUMO

Introdução: Discutir temas relacionados à sexualidade dos adolescentes continua sendo um grande desafio para as escolas, famílias e sociedade em geral. O termo sexualidade nos direciona a um universo onde nos faz pensar que tudo é proibido ou vergonhoso, porém, é na adolescência que a sexualidade se apresenta de forma mais intensa e precisa ser discutida. **Objetivo:** Identificar a compreensão de adolescentes em relação à sexualidade e saúde reprodutiva em escolas públicas do Sul Catarinense. **Metodologia:** Caracteriza-se como um estudo quantitativo do tipo descritivo com amostra probabilística, desenvolvido com participantes dos sexos feminino e masculino com idades entre 11 a 13 de duas escolas. Foram aplicados 48 questionários em sala de aula com os participantes na qual seus pais ou responsáveis devolveram assinados o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). **Resultados:** A maioria dos participantes alegaram ser do sexo feminino (75%), já do sexo masculino 25%. Ao serem questionados sobre conversarem com seus pais ou responsáveis sobre sexo (25%) responderam que sim, enquanto o restante (75%), responderam que não conversam com seus pais ou responsáveis sobre sexo. Sobre o conhecimento acerca de métodos contraceptivos que previnem a gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), os mais conhecidos eram o preservativo e o anticoncepcional (66,7% e 20,8%, respectivamente). 77,10% dos adolescentes participantes afirmaram que não acham que as informações fornecidas pelos seus amigos sobre sexo são verdadeiras, enquanto 22,90% disseram que consideram verdadeiras. **Conclusão:** Os participantes apresentaram percepções prévias e superficiais a respeito dos métodos contraceptivos, da prevenção de IST e da gravidez na adolescência, visto que alguns também relataram não ter conhecimento sobre nenhum método contraceptivo. O estudo ainda identificou que a maior parte dos adolescentes estabelece mais comunicação acerca do tema com amigos do que com seus pais.

Palavras-chave: Saúde do adolescente; Sexualidade; Gravidez na adolescência. Educação sexual.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Sociodemográficos.....29.

Tabela 2 - Conhecimento dos adolescentes sobre métodos
contraceptivos.....30.

Tabela 3: Conhecimento dos adolescentes sobre métodos contraceptivos.....31.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conversam com os pais sobre sexo.....	34
Gráfico 2 - Interesse dos participantes da pesquisa em relação a palestras e educação sexual.....	36
Gráfico 3 - Interesse dos pais ou responsáveis em relação a palestras e educação sexual nas escolas.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUS	Sistema Único de Saúde
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
PSE	Programa de Saúde na Escola
ESF	Estratégia de Saúde da Família
OMS	Organização Mundial da Saúde
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ONUBR	Organização das Nações Unidas
HIV	Human Immunodeficiency Virus
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
PS	Promoção da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
EJA	Educação de Jovens e Adultos
RFEPT	Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
DIU	Dispositivo Intra Uterino

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HIPÓTESES	13
3 OBJETIVOS	13
3.1 OBJETIVO GERAL	13
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
4 REFERENCIAL TEÓRICO	14
4.1 ADOLESCÊNCIA	15
4.2 SEXUALIDADE	15
4.3 ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE	16
4.3.1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	16
4.3.2 INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA	18
4.4 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE FRENTE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA	20
4.4.1 EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA	21
4.5 ENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA NA EDUCAÇÃO SEXUAL	22
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
5.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	25
5.2 TIPO DE ESTUDO	25
5.3 LOCAL DO ESTUDO	25
5.4 POPULAÇÃO EM ESTUDO	26
5.4.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	26
5.4.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	26
5.5 COLETA DE DADOS	26
5.5.1 MOMENTOS DA PESQUISA	27
5.6 ANÁLISE ESTATÍSTICA	28
5.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	28
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
7 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	46
APÊNDICE A - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS	47
ANEXOS	49

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

50

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

51

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é compreendida como o período de transição do ser humano da fase infantil para a adulta, e é delineada por intensas transformações anatomofisiológicas, psicológicas e sociais que contribuem para a construção da sexualidade. A sexualidade constitui-se como elemento fundamental para a formação da identidade do adolescente, haja vista que não se limita apenas à reprodução humana ou ao ato sexual, envolvendo também sentimentos, desejos e relacionamentos interpessoais (MACIEL, *et al.*, 2017).

Neste período, a vivência da sexualidade torna-se mais evidente e geralmente apresenta-se através de atos sexuais desprotegidos, podendo ocorrer devido à falta de comunicação entre família, falta de informações e também por mitos e tabus, que em alguns casos, fazem com que o adolescente venha a sentir medo de assumir a sua sexualidade. Sendo assim, toda esta falta de estrutura para com os adolescentes, falta de orientações sobre o processo evolutivo na qual estão vivendo nesta fase, tornam os mesmos vulneráveis a algumas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), como por exemplo a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) (ALMEIDA, *et al.*, 2017).

A contribuição familiar referente à formação sexual é bastante restrita. Muitas vezes é baseada apenas em passar o que a família espera da adolescente. Mas só falar não é tudo. Geralmente o adolescente tem perguntas que precisam de respostas e a família deve sanar as dúvidas e promover ações que esclareçam as questões trazidas. A partir disso, precisam orientar seus filhos sobre os problemas decorrentes de uma vida sexual sem prevenção (RODRIGUES, SILVA, GOMES, 2019).

Já para os professores, a educação sexual faz parte de um importante momento do processo de formação dos alunos, mas reconhecem também que muitas vezes não se sentem seguros o suficiente para trazer este tema para as salas de aula. Relatam que seus maiores receios se voltam para com a forma como os pais encaram esta situação, uma vez que podem pensar que seus filhos estão sendo influenciados ou até mesmo percebendo um choque de valores e crenças sendo colocados neste tema tão importante que é a sexualidade (EW, *et al.*, 2017).

No contexto escolar, a educação em saúde possibilita a formação de valores e atitudes, que são revertidas em benefícios para a saúde do adolescente e para com

os outros. Não está limitada a apenas ao fornecimento de informações e sim em os motivarem a aprender, ter autonomia para analisar e avaliar de onde surgem estas informações, fazendo com que após isso sejam capazes de ter comportamentos inteligentes. De acordo com o Decreto nº 6.286 de 2007, os objetivos do Programa Saúde na Escola (PSE) trabalham com todas as dimensões de avaliação das condições de saúde, prevenção de doenças e seus agravos e também com a formação e promoção da saúde através de ações optativas e de extrema importância. Estas atividades de educação e saúde do PSE precisam ser realizadas de acordo com os territórios definidos pela área de abrangência da Estratégia de Saúde da Família (ESF), para que seja possível criar uma ligação entre a área da saúde juntamente com a educação (SOBRINHO, *et al.*, 2017).

Na Estratégia de Saúde da Família (ESF), o enfermeiro é um profissional de fundamental importância para o desenvolvimento de ações junto aos adolescentes, seu trabalho estrutura-se principalmente no monitoramento das condições de saúde e monitoramento de problemas no exercício de uma prática de enfermagem comunicativa. O enfermeiro desenvolve ações relacionadas a assistência de enfermagem a pacientes grávidas como intervenções interdisciplinares, promoção de saúde e estratégias de prevenção, contudo, não pode se limitar a isso, mas sim, desenvolver ações de educação em saúde que possibilite orientações aos adolescentes. (SANTOS, *et al.*, 2020).

Com essas reflexões, têm-se como problema de pesquisa: Qual o conhecimento de adolescentes em relação a sexualidade e saúde reprodutiva em escolas públicas de um município do Extremo Sul Catarinense?

2. HIPÓTESES:

- Jovens e adolescentes não possuem abertura e um fácil acesso a informações adequadas em relação a sexualidade e saúde reprodutiva vindas das escolas de suas famílias;
- A falta de conhecimento pode contribuir para que os casos de ISTs e gravidez na adolescência aumentam cada vez mais;
- O conhecimento que recebem durante as intervenções realizadas nas escolas são compartilhadas entre os pares.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar a compreensão a respeito da sexualidade e saúde reprodutiva de adolescentes estudantes regularmente matriculados em escolas públicas do sul catarinense.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o perfil sócio demográfico dos participantes da pesquisa;
- Verificar em que ambientes os adolescentes receberam (ou buscam) informações a respeito da sexualidade;
- Identificar se há conhecimento sobre prevenção de ISTs e gravidez na adolescência.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 ADOLESCÊNCIA

Segundo a literatura, a palavra adolescência vem do latim (*adolescere*) e que significa “fazer-se homem/mulher” ou “crescer na maturidade”, mas que mesmo assim apenas no final do século XIX foi vista como uma etapa distinta do desenvolvimento humano. Hoje, a adolescência está contextualizada como o período que se situa entre a infância e a vida adulta. Tem início através dos primeiros toques físicos pela maturidade sexual e termina com a realização social da situação de um adulto independente. Dito isso, ainda podemos encontrar algumas variedades de indivíduos: puberdades muito precoces e já outras muito tardias, por exemplo. Ainda assim, uma pessoa em diferentes momentos apresenta diferentes ritmos de maturação. Atualmente, é considerado como um período em que os jovens após esses diversos momentos de maturação, constroem a sua identidade, seus pontos de referência, dando preferência para os caminhos profissionais e projetos de vida de sua escolha (FERREIRA, NELAS, 2016).

A adolescência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é caracterizada pelo período da infância à fase adulta, que corresponde a faixa etária de 10 a 19 anos. É nesta fase que ocorrem diversas transformações biológicas como o crescimento dos ossos, desenvolvimento dos órgãos e sistemas e amadurecimento das características sexuais secundárias. Pode-se observar também algumas mudanças psicológicas que podem envolver alteração de humor, desejo de viver intensamente, atração sexual, questionamentos sobre suas vidas, certa necessidade de aceitação por todos, formação de grupos entre amigos, afirmação e exposição de sua identidade pessoal e sexual e também a iniciação na vida sexual (AMARAL, *et al.*, 2016).

Nessa fase da vida, o adolescente lida com seus conflitos internos, mudanças corporais, além da lacuna de conhecimento, cuja complexidade gera muitas confusões por vezes aumentando as angústias nesse período de transição de crianças para a vida adulta (HORTA, 2019).

4.2 SEXUALIDADE

Uma dimensão importante na vida humana, a sexualidade não só inclui o sexo, mas também gênero, identidade, papéis e orientação sexual, prazer, intimidade e a reprodução. Para estes adolescentes, se torna um momento de experimentos e descobertas, na qual pode ser influenciado pelas relações de poder, gênero, culturas, contextos políticos, espirituais, valores e questões de raça/cor perante modelos de sociedade (AMARAL, *et al.*, 2016).

Apesar de todas as transformações sofridas pela sociedade nas últimas décadas, a sexualidade permanece cercada de tabus e preconceitos, e tratar do tema nas escolas ainda gera bastante preocupação. Em geral, a opção é não abordar, ou abordar superficialmente, deixando as respostas no nível do senso comum. Contudo, o tema já está lá, no dia-a-dia dos alunos: namoros entre colegas, beijos no pátio, formas de se vestir de meninos e meninas e, claro, os inúmeros casos de gravidez na adolescência são alguns exemplos (MENSAL, 2014).

Discutir o tema sexualidade é de extrema importância uma vez que os adolescentes se sentem inseguros em relação a este tema, onde geralmente se associa a falta de informação, que ainda prevalece nos dias atuais. Diante deste fato, torna-se importante e necessário a realização de compromissos educativos, possibilitando e fortalecendo uma aproximação entre adolescentes e adultos de referência, podendo ser professores, pais ou responsáveis e até mesmo profissionais de saúde, reduzindo vulnerabilidades como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez não planejada na adolescência, abortos inseguros e/ou clandestinos, já que, é no decorrer desta trajetória que o adolescente passa por enfrentamentos sociais que poderão repercutir em suas vidas, de acordo com o contexto em que estejam inseridos (BARBOSA, *et al.*, 2019).

4.3 ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE

Adolescência é a etapa da vida entre a infância e a idade adulta, período em que ocorre uma série de modificações no desenvolvimento físico, psicossocial e

emocional, em que muitas vezes coincide com o início da vida sexual (RIBEIRO, *et al.*, 2016).

A sexualidade é constituída em uma dimensão que é fundamental em todo ciclo de vida de homens e mulheres, na qual envolvem práticas e desejos que estão ligados à satisfação individual ou coletiva, a afetividade, prazer, sentimentos e ao exercício da liberdade e a saúde (HORTA, 2019).

A vivência da sexualidade, nesse período, torna-se mais evidente e em geral manifesta-se através de práticas sexuais desprotegidas, devido à falta de informação, de comunicação entre familiares e de alguns mitos, tabus, ou mesmo pelo fato de ter medo de assumir sua própria sexualidade. Dessa forma, a procura e a curiosidade por novas experiências e a falta de orientações sobre as mudanças pelas quais estão passando tornam os adolescentes vulneráveis a situações de risco, dentre as quais as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), incluindo a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) (ALMEIDA, *et al.*, 2017).

Quanto ao acesso desses adolescentes ao conhecimento e cuidado integral, a Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 assegura que:

Art 11º - É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1990).

A precoce iniciação sexual gera a necessidade de atenção aos cuidados em relação às ações de prevenção e orientação sobre doenças e infecções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, ocorrência de abortos e até mesmo depressão (HORTA, 2019).

4.3.1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez na adolescência é uma realidade cotidiana no Brasil e que abrange a faixa etária dos 10 aos 19 anos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde conforme disposto no relatório da ONUBR (2018). A taxa mundial de gravidez na adolescência é de 46 nascimentos, estimadamente, para cada 1 mil meninas de 15 a 19 anos, enquanto a taxa estimada na América Latina e no Caribe é de 65,5 nascimentos, que supera apenas da África Subsaariana, segundo relatório “Aceleração do progresso de redução da gravidez na adolescência na América Latina e no Caribe”. Já no Brasil, a taxa é de 68,4 (HORTA, 2019).

Alguns fatores estão associados ao aumento da incidência de gravidez na adolescência, como o não conhecimento da fisiologia da reprodução, a não adoção ou uso incorreto dos métodos contraceptivos, o início precoce da puberdade e a redução da idade da menarca das adolescentes. Quanto ao progresso da gestação, existem referências a uma maior incidência de anemia materna, doença hipertensiva específica da gravidez, desproporção céfalo-pélvica, infecção urinária, prematuridade, placenta prévia, complicações no parto, sofrimento fetal agudo intra-parto, hemorragias e puerpério (endometrite, infecções, dificuldade para amamentar, deiscência de incisões, entre outros) (CABRAL, *et al.*, 2020).

Em relação a gravidez na adolescência, a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:

Art. 8º - Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (BRASIL, 1990).

A gravidez na adolescência faz com que esses adolescentes iniciem na vida adulta mesmo não estando preparados psicologicamente, as jovens são forçadas a mudar completamente o seu modo de viver. Esta temática é tratada como um problema de saúde pública no Brasil que pode ser gerado em virtude da falta de educação sexual, do planejamento familiar e do uso errôneo de métodos contraceptivos (HORTA, 2019).

Para (RIBEIRO, *et al.*, 2016), o uso de preservativos entre os jovens de 15 a 19 frequentemente não se dá de forma consistente em todas as relações. Aspectos relacionados à sexualidade sem proteção ganham relevância entre os adolescentes, pois pode levar à gravidez não planejada.

Estudos apontam que há uma assistência pré-natal e parto deficientes para gestantes adolescentes que contribuem para uma maior incidência de prematuridade e baixo peso ao recém-nascido. A baixa escolaridade e por via de regra a entrada precoce e precarizada no mercado de trabalho, que também somadas à pobreza, tornam a gravidez nesse período um dos mais importantes fatores para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão (ANDRADE, 2022).

A paternidade na adolescência, não menos importante, acomete transformações, mudanças e estabelece novos papéis para o provedor, uma nova identidade, como por exemplo, o de ser adolescente e ser pai frente à família e a sociedade. Tornar-se pai nesta fase da vida pode acarretar em algumas implicações, sendo uma delas a transição nos papéis familiares e sociais. Neste sentido, os pais que são adolescentes enfrentam uma tarefa difícil ao saírem da adolescência para o mundo do adulto e se assumirem como tal. Sendo assim, é de extrema importância ressaltar como esta transição da adolescência para a fase adulta pode impactar diretamente na vida deste adolescente e em sua fase escolar, uma vez que o mesmo pode abdicar de seus estudos, a fim de garantir o conforto de seu filho (HORTA, 2019).

4.3.2 INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são motivos de preocupação por parte de pesquisadores e profissionais de saúde. São infecções contagiosas cuja forma mais frequente de transmissão é através do ato sexual. As ISTs que mais acometem os adolescentes são: HIV, hepatite B, gonorreia e herpes. Referidas patologias quando não tratadas adequadamente podem acarretar complicações que vão de prurido e leucorreia às alterações hepáticas e esterilidade (ALVES, *et al.*, 2019).

Dados do Ministério da Saúde de 2017 apontam o registro de 40.198 novos casos anuais de hepatites virais no Brasil e 42.420 novos casos de HIV. No mesmo

ano, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 119.800 casos de sífilis adquirida por jovens. Outro dado preocupante é que, apesar de o número de infecções ter aumentado, percebe-se uma redução nas taxas de conhecimento do seu status de infecção por HIV e outras ISTs ao longo dos anos, principalmente entre jovens de 14 a 25 anos. A notificação de novos casos de HIV em jovens com entre 15 e 24 anos aumentou 700% entre os anos de 2007 e 2017, situação que se encontra ainda acompanhada por uma redução na busca por diagnóstico de IST entre os membros desse grupo de risco (MOREIRA, *et al.*, 2021).

A “vulnerabilidade” e o “ser vulnerável” atrai concepções de um indivíduo mais suscetível em relação aos danos e aos agravos à sua saúde. Estas vulnerabilidades associadas aos determinantes sociais de saúde podem pôr em risco a saúde dos adolescentes. Com isso, dados como nível de escolaridade, cor/etnia, estrutura familiar, grupos sociais, condições socioeconômicas e questões de gênero, podem influenciar significativamente no início precoce da vida sexual de adolescentes, tornando-os mais suscetíveis às ISTs (COSTA, *et al.*, 2019).

Os adolescentes vêm demonstrando mudanças no comportamento sexual, de forma que suas atividades sexuais estão sendo iniciadas cada vez mais cedo, motivadas pela curiosidade e reforçadas pela necessidade de afirmar sua autonomia, sendo a primeira relação sexual e conduta mais utilizada por essa faixa etária. Contudo, essa população tem iniciado as práticas sexuais sem orientações necessárias para que estas sejam feitas de modo seguro, o que os tornam um alvo fácil ao acometimento de ISTs/HIV/AIDS (SANTOS, *et al.*, 2017).

A ausência de espaços abertos para discussões sobre assuntos relacionados à sexualidade, aliada à falta de conhecimento ou informações distorcidas sobre o tema, acabam agravando a vulnerabilidade dos adolescentes e podem prejudicar em relação a tomadas de decisão, levando-os a iniciar sua vida sexual sem o uso de proteção, sujeitando-se a uma gravidez indesejada ou até mesmo se expondo às ISTs. É direito dos jovens o acesso a informações e a educação em saúde sexual e saúde reprodutiva, assim como também de adquirir métodos e meios que podem contribuir a evitar uma gravidez indesejada e prevenir-se contra as IST, respeitando sua liberdade de escolha (EW, *et al.*, 2017).

4.4 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE FRENTE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA

Ainda nos dias de hoje, com a tecnologia algo acessível para todos, a ausência da família na formação sexual dos filhos é fato; e isso ocasiona um aumento no índice de adolescentes grávidas. Os pais muitas vezes por vergonha ou desconhecimento não dialogam com os filhos sobre sexo, ou os orientam sobre como a necessária a segurança e muitos delegam essa função para a escola ou simplesmente por não saber o que fazer ignoram essas importantes descobertas próprias da vida e da atividade sexual dos filhos (RODRIGUES, SILVA, GOMES, 2019).

Aceitar e entender a maneira de pensar dos adolescentes não é encargo fácil, portanto, faz-se necessário que pais e filhos compreendam e vivenciem esta etapa da vida, valorizando seus conhecimentos, sua história e suas crenças para que tomem consciência de que a família é um espaço essencial na formação dos indivíduos; é a célula fundamental da sociedade, a matriz do desenvolvimento psicossocial de seus membros e a que determina a estes o cunho da individualidade (ARAÚJO, 2015).

Alguns pais ainda não conseguem falar sobre este tema tão importante que é a sexualidade nem sobre a prática sexual segura com os jovens e listam fatores como: desconhecimento acerca de IST, vergonha, falta de espaço/liberdade para com os filhos em virtude da cultura ou meio social que vivem, pois algumas culturas veem o sexo como tabu (ALVES, *et al.*, 2019).

Com isso, grande parte das famílias não assumem e praticam o papel de orientação para com a sexualidade, não participam e nem colaboram com a formação sexual de seus filhos/entes, formação esta que deve começar ainda pela infância para que não os deixem vulneráveis a outros meios que podem oferecer informações errôneas e sem fundamentação teórica adequada, como novelas, filmes, propagandas/comerciais, danças e músicas, pela internet e também por meio de sites de relacionamentos de fácil acesso a todos os canais de pesquisa online. Ou então, a mesma acontece de forma retrógrada e com repressões que ao invés de contribuir positivamente podem tornar os adolescentes pessoas reprimidas, frustradas e fechadas em si mesmas (RODRIGUES, SILVA, GOMES, 2019).

Quanto aos deveres da família/sociedade, a Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 deixa claro que:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

4.4.1 EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Quanto ao contexto escolar, houve um aumento na demanda por trabalhos na área da sexualidade, motivada pelo novo perfil sexual dos jovens e adolescentes, que têm se desenhado noutra perspectiva, marcada pelo início da vida sexual, que tem ocorrido cada vez mais precocemente, sem que ocorra a devida orientação. Conseqüentemente, esse fato tem ocasionado um notável crescimento no número de adolescentes que enfrentam uma gravidez não planejada, bem como, os riscos da contaminação pelo HIV e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) (BARBOSA, *et al.*, 2019).

A escola, além de transmitir conhecimentos sobre a saúde, organizados em disciplinas, deve, também, educar e desenvolver valores e posturas críticas relacionadas à realidade social e aos estilos de vida, em processos de aquisição de competências que sustentem as aprendizagens ao longo da vida e que favoreçam a autonomia e o empoderamento para a Promoção da Saúde (PS) (LOPES, NOGUEIRA, ROCHA, 2018).

Embora atualmente não exista uma legislação específica que regulamente a realização de Educação Sexual nas escolas, existem documentos oficiais que legitimam sua prática; no Brasil, dois documentos legais são importantes para embasar a defesa da Educação Sexual nas escolas: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Programa de Saúde na Escola (PSE). Além desses, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2014) defende internacionalmente a necessidade de haver Educação Sexual e isso acontece como lei em muitos países europeus (MOREIRA, MAIA, JACINTO, 2020).

Dentre os dez cadernos nos quais os PCN se organizam, há um de orientação sexual, que visa a abordar o tema da sexualidade no ambiente escolar. Segundo o documento, o objetivo da orientação sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade. Propõe-se que seja trabalhado transversalmente, perpassando todas as disciplinas, em consonância com uma visão ampla de sexualidade, incluindo seu caráter cultural, social e histórico (FURLANETTO, *et al.*, 2018).

Compreendendo a escola como um espaço potencial para ampliar e garantir o alcance do SUS, o PSE foi instituído em 2007 a fim de colaborar, mediante ações de prevenção e promoção de saúde, para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica. Nesse sentido, é uma proposta dos ministérios da Saúde e da Educação, que atua também em vulnerabilidades que possam comprometer o desenvolvimento escolar dos estudantes (SANTOS, *et al.*, 2019).

Nesse contexto, a escola tem importante papel em orientar os jovens a ter uma vida saudável. Também se caracteriza como um local de compromisso social, onde pode permear o diálogo aberto para a discussão de vários temas, como, por exemplo, a sexualidade, pois muitos jovens desconhecem seu corpo, os riscos inerentes numa relação para IST; como também capacitá-los para o amadurecimento da cidadania. (ALVES, *et al.*, 2019)

Enfatizou-se a responsabilidade dos Estados em facilitar o acesso às informações relativas à saúde sexual e reprodutiva por meio de políticas públicas e desenvolver ações que abrangessem temáticas de planejamento familiar, métodos contraceptivos, aborto seguro (conforme a permissão do país), aconselhamento e serviços obstétricos (FURLANETTO, *et al.*, 2018).

4.5 O ENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA NA EDUCAÇÃO SEXUAL

Políticas e programas públicos de saúde e de educação são fundamentais para a formação cidadã e para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população. Melhores níveis de educação estão relacionados a uma população mais saudável, assim como uma população saudável tem maiores possibilidades de se apropriar de

saberes e conhecimentos da educação formal e informal (LOPES, NOGUEIRA, ROCHA, 2018).

No Brasil, a intersetorialidade é valorizada no discurso de diversas políticas públicas, a exemplo da Educação, Saúde e Assistência Social. No campo da Saúde, tem sido considerada como elemento fundamental para a mudança no modelo de atenção e reorganização do sistema, sendo referida em muitos trabalhos no campo da Promoção da Saúde como estratégia de ação que incida sobre seus determinantes sociais. A parceria entre os setores Saúde e Educação, especialmente no que diz respeito à implementação de programas de assistência à saúde do escolar, existe desde o início do século XX (SOUZA, ESPERIDIÃO, MEDINA, 2016).

Tendo em vista a promoção da saúde em âmbito escolar e a suma importância em construir políticas de saúde que atendam às necessidades e especificidades dos educandos, em 2007, o Ministério da Saúde (MS) integrado ao Ministério da Educação (MEC), instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE), tendo como base a articulação entre a Escola e a Rede Básica de Saúde. O público beneficiário do PSE consiste em estudantes da educação básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar, podendo abranger também os estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As atividades de educação e saúde do PSE devem ocorrer nos territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (ESF), tornando possível o exercício de criação de núcleos e ligações entre áreas da saúde e da educação (SOBRINHO, *et al.*, 2017).

Desde sua institucionalização, o PSE apresentou avanços e importantes desafios, e sua agenda de adesões expandida nos marcos regulatórios, também é permeada por ações frequentemente problematizadas na perspectiva das conexões entre setores. Proposta ampla, que considera a comunidade na qual se insere e a sociedade na qual se estrutura, idealmente, a saúde na escola não trata de inserções avulsas e descontextualizadas, mas relaciona provisão de recursos específicos, ações continuadas e estratégias intersetoriais (VIEIRA, BELISÁRIO, 2018).

As políticas de saúde no Brasil são estruturadas em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), e a atenção básica apresenta-se como uma estrutura fundamental à consolidação desse sistema de saúde. Assim, a partir da Constituição de 1988 surge também o SUS, caracterizado por ações de prevenção,

promoção e proteção de saúde, as quais são desempenhadas por uma equipe multiprofissional que se dirige a populações de territórios bem delimitados. Segundo essa concepção, a atenção básica é tida como entrada principal dos usuários no sistema de saúde, valorizando a participação popular nos cuidados de saúde. Ainda, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é um meio de qualificar e consolidar a atenção básica, almejando uma expansão dos impactos positivos na situação de saúde dos indivíduos e sociedade (SANTOS, *et al.*, 2019).

O enfermeiro possui um papel essencial no desenvolvimento de habilidades preventivas e educativas com os adolescentes estabelecendo estratégias que visem à prevenção da gravidez na adolescência, criando grupos com propósitos na promoção de saúde e prevenção de ISTs/gravidez precoce, visando conscientizar os jovens sobre a importância da participação ativa nas ações de educação em saúde, no intuito de que se tornem capazes de lidar com suas próprias decisões, e elencando atitudes positivas para lidar com papel do autocuidado (RIBEIRO, *et al.*, 2016).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Trata-se de um estudo quantitativo, do tipo descritivo, com amostra do tipo probabilística.

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008).

A pesquisa quantitativa é realizada de forma numérica, sem a presença de descritiva e costuma ser aplicada em estatística ou matemática. O processo de avaliação dessa pesquisa é realizado por meio iterativo em que as evidências são avaliadas. Os resultados são frequentemente apresentados em tabelas e gráficos de forma conclusiva, podendo assim, ser utilizada para investigação e tomada de decisão (CESÁRIO, FLAUZINO, MEJIA, 2020).

Além da pesquisa bibliográfica, obtemos como instrumento de coleta de dados um questionário que busca identificar as percepções dos/as participantes sobre temas relacionados à sexualidade e saúde reprodutiva.

5.2 TIPO DE ESTUDO

Esta pesquisa é de cunho descritivo e de campo, uma vez que descreveu o cenário da perspectiva do pesquisador e dos entrevistados.

Os estudos de campo e descritivos perpassam a importância de ter o contato com o local de estudo e dos entrevistados, facilitando assim, a análise e apresentação das informações (LEOPARDI, 2002, p.119).

5.3 LOCAL DO ESTUDO

Realizou-se o estudo com participantes do 6º e 7º ano de duas escolas públicas

localizadas no município de Criciúma.

5.4 POPULAÇÃO EM ESTUDO

Este estudo foi realizado com 48 adolescentes na faixa etária de 11 a 13 anos, matriculados na grade curricular do 6º e 7º ano do ensino fundamental nas escolas selecionadas em um dia para cada instituição, estabelecido pela direção escolar juntamente com a pesquisadora, no mês de Outubro de 2022.

5.4.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Os indivíduos que fizeram parte desta pesquisa precisaram apresentar obrigatoriamente os seguintes critérios de inclusão:

- Ter entre 11 e 13 anos;
- Ter o termo de consentimento assinado pelos pais;
- Possuir disponibilidade para participação da pesquisa;
- Assinar o termo de aceite por livre espontânea vontade.

5.4.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Os indivíduos que não fizeram parte desta pesquisa apresentaram os seguintes critérios de exclusão:

- Adolescentes que não estiverem presentes na escola nos dias de trabalho de campo;
- Adolescentes que apresentarem algum déficit cognitivo que limite a sua participação na pesquisa.

5.5 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada de 21 a 31 de Outubro de 2022, através de

questionário estruturado (apêndice A) com 16 questões objetivas, abordando aspectos que possibilitam identificar o conhecimento destes adolescentes frente a sexualidade e saúde reprodutiva.

As informações estão apresentadas por meio de análise quantitativa. Os dados obtidos após a aplicação do questionário, foram tabulados a partir de produção de planilhas estruturadas no Office Excel e em seguida analisados no programa SPSS versão 23.0.

5.5.1 MOMENTOS DA PESQUISA

1º Momento: Realizado contato com as escolas para confirmação de interesse em participação, onde a direção e demais órgãos competentes foram procurados para que houvesse a aprovação e esclarecimentos sobre as ações que seriam realizadas nas instituições escolhidas, a fim do estudo ser aprovado pelas escolas e emissão da Carta de Aceite.

2º Momento: Submissão e Aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da UNESC (Parecer nº 5.675.220).

3º Momento: Posteriormente, contato com os pais ou responsáveis pelos alunos via direção escolar para entrega dos termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para a realização do estudo.

4º Momento: Aplicação do questionário em sala de aula com os alunos autorizados a participarem do estudo, a partir do aceite dos pais com assinatura do TCLE. Quando necessário, auxílio a aqueles que apresentaram alguma dificuldade na interpretação do mesmo.

5º Momento: Organização dos dados em planilhas no Excel, análise e apresentação dos dados da pesquisa no estudo.

6º Momento: Construção e apresentação do relatório (TCC) com artigo científico proveniente do Trabalho de Conclusão do Curso.

5.6 ANÁLISE ESTATÍSTICA

A análise dos resultados foi realizada com a inserção de dados em planilha eletrônica (Excel) para posterior análise estatística, de forma quantitativa no programa SPSS versão 23.0.

5.7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Todos os preceitos éticos dos participantes dessa pesquisa foram respeitados. Os dados coletados durante a pesquisa foram exclusivamente direcionados para fins acadêmicos e seguiram com afinco as normas da resolução 466/2012, que destaca sobre o respeito ao participante, bem como a confidencialidade dos dados informados. Ao participar da pesquisa, o voluntário esteve exposto ao risco da perda da confidencialidade dos dados e este risco será amenizado pela privacidade mantida, não sendo divulgado os dados pessoais dos participantes. O benefício a ele proposto vincula-se ao princípio de não causar danos, oferecendo elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou avaliar um problema que afeta o bem-estar dos participantes e de outros indivíduos inseridos no seu vínculo familiar ou social. Trabalho aprovado pelo CEP UNESC sob o Parecer nº 5.675.220.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: Dados sociodemográficos dos participantes.

Variáveis	Frequência absoluta (n=48)	Porcentagem (n=100%)
Idade (anos)		
11	15	31,3%
12	18	37,5%
13	15	31,3%
Sexo – n (%)		
Feminino	36	75%
Masculino	12	25%
Mora com os pais – n (%)		
Sim	45	93,8%
Não	3	6,3%
Tem vergonha de falar sobre sexo – n (%)		
Sim	28	58,3%
Não	20	41,7%
Fala sobre sexo com os amigos – n (%)		
Sim	14	29,2%
Não	34	70,8%

Acha que as informações dadas pelos amigos são verdadeiras - (n%)

Sim	11	22,9%
Não	37	77,1%

Fonte: Banco de dados pesquisadora, 2022.

A maioria dos participantes é do sexo feminino (75%). Vale salientar que havia opção de os participantes escolherem o seu sexo/gênero através das alternativas, porém não houve manifestação de gênero entre os correspondentes. Quando questionados se moram ou não com seus pais, 93,8% responderam que moram. Entre os que responderam que moram com outras pessoas, apenas 6,3%.

Quando questionados se acham que as informações fornecidas pelos amigos acerca da sexualidade são sempre verdadeiras, 77,10% dos adolescentes participantes afirmaram que não acham que estas informações são verdadeiras, enquanto 22,90% disseram que consideram verdadeiras as informações fornecidas pelos seus amigos.

Estes adolescentes sabem que nem sempre as informações trazidas pelos colegas são verídicas, sendo assim, percebe-se a importância da educação sexual para que os mesmos não procurem outros meios de se informarem, com acesso fácil e rápido, como é o caso da internet. Porém na internet, estes adolescentes na grande maioria das vezes não encontram conteúdos apropriados para a faixa etária, o que leva a um outro problema, a aproximação precoce com determinados conteúdos. Se estes adolescentes tivessem liberdade para abordar as dúvidas com algum adulto responsável, o fato de não encontrar conteúdos apropriados sobre a faixa etária seria amenizado, mas sabemos que nem sempre essa é a realidade em que os mesmos vivem.

Tabela 2: Conhecimento dos adolescentes sobre métodos contraceptivos.

Variáveis	Frequência absoluta (n=48)	Porcentagem (n=100%)
------------------	---------------------------------------	---------------------------------

Método contraceptivo que conhece - (n%)**Preservativo - (n%)**

Sim	35	72,92%
Não	13	27,08%

Anticoncepcional - (n%)

Sim	22	45,8%
Não	26	54,2%

DIU - (n%)

Sim	10	20,8%
Não	38	79,2%

Anel vaginal - (n%)

Sim	3	6,3%
Não	45	93,8%

Pílula do Dia Seguinte – n (%)

Sim	11	22,9%
Não	37	77,1%

Nenhum Método – n (%)

Sim	6	12,5%
Não	42	87,5%

Fonte: Banco de dados pesquisadora, 2022.

Em relação aos métodos contraceptivos, observa-se que os adolescentes apresentaram algum conhecimento sobre os métodos existentes e disponíveis, no entanto houve diferenças quanto à variedade de métodos referidos entre os mesmos.

Conforme estudo realizado por Vieira, *et al.* (2020) a principal lacuna de conhecimento ocorre acerca dos métodos contraceptivos hormonais e ao preservativo masculino, resultado que concorda com esta pesquisa. Embora o preservativo masculino seja o principal método conhecido pelos adolescentes, sua eficácia depende do conhecimento da técnica e, sobretudo, da disciplina do usuário. No entanto, essa não é a realidade do comportamento sexual dos adolescentes.

Conforme estudo de Vieira, *et al.* (2020), o preservativo masculino acaba se tornando o método mais conhecido e utilizado pelos adolescentes. Observa-se também que, os inúmeros mitos que norteiam a utilização dos métodos contraceptivos norteiam o entendimento e atitudes dos adolescentes.

Ainda, não se pode negligenciar que a contracepção é permeada por questões de acesso aos métodos contraceptivos e conhecimento. Não obstante, as razões para a sua não utilização ultrapassa essa perspectiva, apresentando-se intimamente articuladas à sexualidade e interação entre o casal, de maneira a influenciar as escolhas sobre como realizar o manejo contraceptivo e a opção por fazê-lo ou não (PAIVA, *et al.*, 2020).

Tabela 3: Conhecimento dos adolescentes sobre métodos contraceptivos que previnem a gravidez e IST.

Variáveis	Frequência absoluta (n=48)	Porcentagem (n=100%)
Método que previne IST e gravidez - (n%)		
Preservativo - (n%)		
Sim	32	66,7%
Não	16	33,3%
Anticoncepcional - (n%)		

Sim	10	20,8%
Não	38	79,2%
DIU - (n%)		
Sim	3	6,3%
Não	45	93,8%
Anel vaginal - (n%)		
Sim	3	6,3%
Não	45	93,8%
Pílula do Dia Seguinte – n (%)		
Sim	5	10,4%
Não	43	89,6%
Nenhum método - n (%)		
Sim	3	6,3%
Não	45	93,8%

Fonte: Banco de dados pesquisadora, 2022.

Questionados sobre o conhecimento acerca de métodos contraceptivos que previnem a gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), os mais conhecidos eram o preservativo e o anticoncepcional (66,7% e 20,8%, respectivamente). Em seguida, percebe-se o conhecimento acerca da pílula do dia seguinte (10,4%), 6,3% para anel vaginal, Dispositivo Intra Uterino (DIU) (6,3%) e 6,3% dos adolescentes desta pesquisa referiram que não conhecem nenhum método contraceptivo utilizado na prevenção da gravidez e de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

A escolha do método contraceptivo é influenciada por vários fatores, incluindo o acesso a diferentes métodos, características pessoais dos adolescentes, do seu

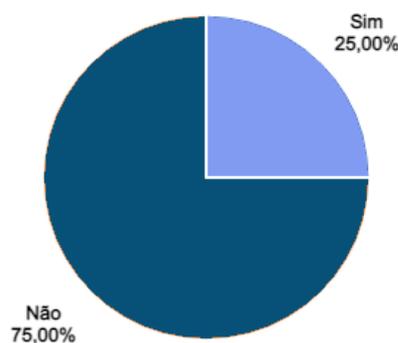
parceiro e da tecnologia disponível. O conhecimento sobre vários métodos contraceptivos e o desejo de usá-los são essenciais para o sucesso da contracepção (VIEIRA, *et al.*, 2020).

É bem difundido a informação de que o uso do preservativo é um meio de se prevenir tanto das IST quanto de uma gravidez precoce, entretanto, é necessário que haja maior entendimento de que o preservativo é um meio importante na proteção contra IST, sendo a única forma de proteção em casos de contaminação por relação sexual (SILVA, *et al.*, 2021).

Dias *et al.* (2017) referem em seu estudo que em relação ao conhecimento dos métodos contraceptivos, 100% dos adolescentes pesquisados afirmaram conhecer alguns. A obtenção de conhecimentos sobre os métodos contraceptivos é indispensável, uma vez que permite ao adolescente vivenciar o sexo seguro e saudável e, assim, evitar a gravidez precoce e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

No Brasil, o conhecimento de métodos contraceptivos ainda é muito limitado à camisinha e às pílulas orais. Devido a isso, tem-se a necessidade de maior aderência dos adolescentes às políticas públicas voltadas à educação sexual (VIEIRA, *et al.*, 2020).

Gráfico 1 - Conversam com os pais sobre sexo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Em busca de ter um conhecimento adequado sobre a sexualidade, torna-se necessário que os adolescentes encontrem espaços que promovam o diálogo, com objetivo de receber as devidas orientações referente a essa temática. Um dos espaços considerados de muita relevância para que esse diálogo aconteça é o

próprio ciclo familiar onde os mesmos estão inseridos (LOPES, *et al.*, 2020).

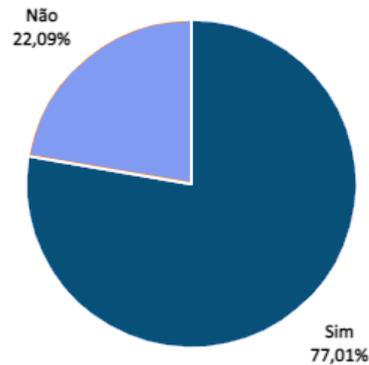
Neste estudo, observa-se que uma pequena parcela dos participantes responderam que conversam com seus pais ou responsáveis sobre sexo (25%), fazendo com que tenham um ambiente familiar aberto e de qualidade para falar sobre o tema, enquanto o restante (75%), responderam que não conversam com seus pais ou responsáveis sobre sexo, não disfrutando então de um ambiente familiar aberto e de qualidade.

Ambos os resultados revelam que ainda no século XXI existem barreiras que podem prejudicar um diálogo construtivo entre pais e filhos. Uma dessas barreiras deve-se ao fato de que os pais muitas vezes embasados na crença de que conversar sobre a sexualidade poderá induzir seu filho(a) a praticá-lo, por esse motivo, procuraram preservar o silêncio sobre esse assunto. A comunicação fechada no ambiente familiar pode estar relacionada ao autoritarismo por parte dos pais, que faz com que os filhos não se sintam à vontade para conversar e tirar dúvidas, ou que os pais se sentem incapazes intelectualmente e emocionalmente para falar sobre o assunto com seus filhos (LOPES, *et al.*, 2020).

Para Lopes *et al.* (2020) a influência que os pais possuem sobre os filhos, deve-se em grande parte à qualidade da relação que estes estabelecem com eles, o que pode favorecer a resolução de problemas, funcionando como uma fonte de suporte e apoio mais importante até que os amigos. Essas barreiras na comunicação entre pais e filhos fazem com que os adolescentes procurem informações em outros meios de comunicação, que são consideradas como fontes de informações imprecisas ou incompletas, que não tem uma real confiabilidade.

Refere ainda que, buscando através destes meios pode se encontrar informações que não estão inseridas na realidade destes jovens, levando-os a uma não compreensão ou a um equívoco destas, contribuindo para a prática sexual insegura (LOPES, *et al.*, 2020).

Gráfico 2 - Interesse dos participantes da pesquisa em relação a palestras e educação sexual



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ao serem questionados sobre seu interesse em palestras acerca da sexualidade e saúde reprodutiva nas escolas, a maior parte dos participantes (77,01%) responderam que sentem interesse, já o restante (22,09%), referem que não tem interesse em palestras relacionadas ao tema.

Promover a educação em saúde sobre sexualidade na escola, transforma a instituição em um espaço de prevenção, uma vez que na escola que o estudante constrói competências e habilidades que podem fornecer ferramentas para o desenvolvimento de comportamento preventivo. Desta forma, o âmbito escolar é um local propício e privilegiado para a discussão de temas relacionados à saúde sexual, como as IST, conscientizando os discentes sobre os problemas de saúde inerentes a esta temática (SILVA, *et al.*, 2021).

SILVA, *et al.* (2021) refere ainda que a realização de atividades lúdicas (palestra e dinâmica) com recursos didáticos desperta o interesse dos adolescentes, proporcionando o desejo de participação com interação e maior facilidade de aprendizado. Com isso, a expansão e implantação do Plano de Saúde na Escola se torna uma articulação intersetorial que tem muito a contribuir por meio de recursos e capacitações para a realização de atividades sobre temas referentes à sexualidade.

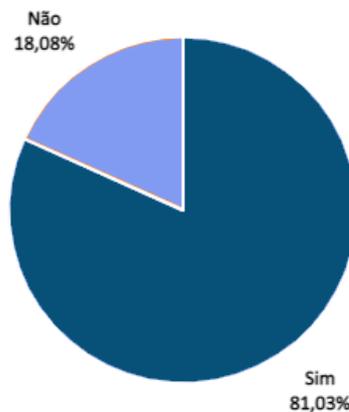
Conforme as citações apresentadas podemos perceber também a importância e a necessidade do papel do enfermeiro como educador, através de projetos como o PSE ou atividades em grupos realizadas nas escolas esses profissionais são de suma importância para apresentar aos adolescentes os métodos e sanar as suas dúvidas a respeito do assunto com conhecimento científico. E vale ressaltar que este conhecimento científico será disseminado entre os pares também, quebrando o ciclo

de informações incorretas sobre determinados assuntos.

A presença do enfermeiro na ESF é fundamental para a disseminação e consolidação dessa estratégia de cuidado à saúde, bem como para a reorganização do modelo de cuidado. Isso porque o enfermeiro possui atribuições essenciais, que, no seu conjunto, contemplam desde a organização das atividades da ESF até a assistência direta de cuidados ao indivíduo, família e comunidade (PINTO, 2018).

Entre essas atribuições, estão as ações de promoção da saúde, que têm como objetivo apoiar, compreender e orientar, de forma mais ampla, os métodos e as estratégias para que os indivíduos maximizem o controle sobre sua própria saúde. Assim sendo, é importante que o enfermeiro esteja preparado desde o seu processo formativo para desempenhar tais ações por meio de competências, para que haja resultados positivos entre a população receptora dos cuidados (BRASIL, 2017).

Gráfico 3 - Interesse dos pais ou responsáveis em relação a palestras e educação sexual nas escolas



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Quando questionados sobre o interesse de seus pais ou responsáveis em relação a realização de palestras e educação sexual nas escolas, grande parte dos participantes responderam que sim (81,03%), enquanto o restante (18,08%), referiram que seus pais ou responsáveis não possuem interesse em palestras e educação sexual nas escolas para seus filhos.

Dias e Zandonadi (2018) Referem em seu estudo que todo o trabalho de educação sexual deve ser conjunto e interdisciplinar, pois a sexualidade é, também,

edificada coletivamente, em uma determinada sociedade e cultura. A família deve conversar com a escola e saber ouvir e dialogar com seus filhos num processo de educação sexual emancipatório. Além disso, a escola, por meio dos educadores, deve contribuir com uma educação sexual adequada, atualizada e motivada, inclusive fazendo o uso pedagógico das novas tecnologias da educação.

Os autores ressaltam ainda que, outro aspecto importante em relação ao papel da família, é que os pais apresentaram grandes dificuldades com a sexualidade dos seus filhos, acabando por transferir o papel educativo a terceiros e reproduzindo formas de controle, perpetuando assim um ciclo vicioso, O papel da família e da escola: processo de educação sexual dos filhos por muitas gerações. Neste contexto, a maioria dos pais atribui a tarefa da orientação sexual de seus filhos à escola e esta, por sua vez, apresenta dificuldade em cumprir tal tarefa, quando se deparam com professores desqualificados (DIAS, ZANDONADI, 2018).

7 CONCLUSÃO

Conclui-se que os participantes apresentaram percepções prévias e superficiais a respeito dos métodos contraceptivos, da prevenção de IST e da gravidez na adolescência, visto que alguns também relataram não ter conhecimento sobre nenhum método contraceptivo. O estudo ainda identificou que a maior parte dos adolescentes estabelece mais comunicação acerca do tema com amigos do que com seus pais.

Ao considerar a necessidade de aprimorar o conhecimento dos adolescentes a respeito da saúde sexual e reprodutiva, ressalta-se a pertinência da realização de conversas e atividades educativas a respeito do tema no âmbito escolar e familiar. Essas ações devem obter como objetivo a participação ativa e inclusão dos adolescentes de ambos os sexos, a fim de atingir a sensibilização e reflexão dos adolescentes acerca da prática do sexo seguro e saudável uma vez que, a realização de atividades educativas isoladas apresenta pouco impacto na formação de conceitos e atitudes destes adolescentes.

Considera-se que a abordagem da educação sexual, por ser um tema amplo e complexo, deveria ser realizada de forma contínua, em articulação com as escolas, as famílias e a comunidade, além de envolver todos os elementos que compõem os equipamentos da rede de apoio social aos adolescentes.

Considerando estes pontos, ressalta-se que trabalhos em torno desse tema são de extrema importância para identificar o conhecimento dos jovens e com isso, sugere-se a realização de mais estudos acerca da sexualidade e saúde reprodutiva de adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rebeca Aranha Arrais Santos et al. Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, p. 1033-1039, 2017. Disponível em: <REBEN_70-5_POR_MIOLO - GN1.indd (scielo.br).> Acesso em: 20 Maio 2022

ALMEIDA, Rebeca Aranha Arrais Santos et al. Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, p. 1033-1039, 2017. Disponível em: <SciELO - Brasil - Knowledge of adolescents regarding sexually transmitted infections and pregnancy Knowledge of adolescents regarding sexually transmitted infections and pregnancy> Acesso em: 23 Nov 2022

ALVES, Camila Coelho et al. IST'S na adolescência. **Mostra Interdisciplinar do curso de Enfermagem**, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <IST'S NA ADOLESCÊNCIA | Alves | Mostra Interdisciplinar do curso de Enfermagem (unicatolicaquixada.edu.br)> Acesso em: 20 Nov 2022

AMARAL, Alice Mayra Santiago et al. Adolescência, Gênero e Sexualidade: Uma Revisão Integrativa. 2016. Disponível em: < ADOLESCENCIA, GENERO E SEXUALIDADE (1).pdf (uneb.br). > Acesso em: 22 Nov 2022

ANDRADE, Bianca Gansauskas de et al. Apoio social e resiliência: um olhar sobre a maternidade na adolescência. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022. Disponível em: <SciELO - Brasil - Apoio social e resiliência: um olhar sobre a maternidade na adolescência Apoio social e resiliência: um olhar sobre a maternidade na adolescência> Acesso em: 22 Nov 2022

ARAÚJO, Alessandra Vanessa Simões de et al. O papel dos pais na educação sexual de adolescentes: uma revisão integrativa. 2015. Disponível em: <O papel dos pais na educação sexual de adolescentes: uma revisão integrativa. (ufcg.edu.br)> Acesso em: 20 Nov 2022.

ARROXELAS SILVA, Carmem Lúcia et al. Importância da escola no conhecimento empírico sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos: promoção da saúde na rede pública de ensino. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 20421-20432, 2021. Disponível em: <View of Importância da escola no conhecimento empírico sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos: promoção da saúde na rede pública de ensino / Importance of the school in empirical knowledge about sexually transmitted infections and contraceptive methods: health promotion in the public school network (brazilianjournals.com.br)> Acesso em: 26 Nov 2022

BARBOSA, Luciana Uchôa et al. O silêncio da família e da escola frente ao desafio da sexualidade na adolescência. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <O SILÊNCIO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA FRENTE AO DESAFIO DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA | Ensino, Saude e Ambiente (uff.br). > Acesso em: 22 Nov 2022

BRASIL, Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. Brasília, DF: MS; 2017[cited 20 Jan 2019]. Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (saude.gov.br).> Acesso em: 20 Nov 2022

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266> Acesso em: 24 Nov 2022

CABRAL, Ana Lúcia Borges et al. A gravidez na adolescência e seus riscos associados: revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, p. 19647-19650, 2020. Disponível em: <Vista de A gravidez na adolescência e seus riscos associados: revisão de literatura/Gravidez adolescente e seus riscos associados: revisão da literatura (brazilianjournals.com).> Acesso em: 22 Nov 2022

CARNEIRO, Rithianne Frota et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. 1, 2015. Disponível em: <EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: UMA ABORDAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR | SANARE - Revista de Políticas Públicas (emnuvens.com.br) Acesso em: 21 Nov 2022

COSTA, Maria Isabelly Fernandes da et al. Determinantes sociais de saúde e vulnerabilidades às infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, p. 1595-1601, 2019. Disponível em: <SciELO - Brasil - Social determinants of health and vulnerabilities to sexually transmitted infections in adolescents Social determinants of health and vulnerabilities to sexually transmitted infections in adolescents. > Acesso em: 20 Nov 2022

DA SILVA SANTOS, David et al. Sexualidade na Adolescência: Contaminação de IST's. In: **Congresso Internacional de Enfermagem**. 2017. Disponível em:

<Sexualidade na Adolescência: Contaminação de IST's | Congresso Internacional de Enfermagem (set.edu.br).> Acesso em: 20 Nov 2022

DIAS, Michelly Kallyne Neves; ZANDONADI, Antônio Carlos. O papel da família e da escola: processo de educação sexual dos filhos. **Revista FAROL**, v. 7, n. 7, p. 132-143, 2018. Disponível em: <O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA: PROCESSO DE EDUCAÇÃO SEXUAL DOS FILHOS | Neves Dias | Revista FAROL> Acesso em: 26 Nov 2022

DOS SANTOS CESÁRIO, Jonas Magno; DE PAULA FLAUZINO, Victor Hugo; MEJIA, Judith Victoria Castillo. Metodologia científica: Principais tipos de pesquisas e suas características. **Journal: Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, p. 23-33, 2020. Disponível em: <tipos-de-pesquisas.pdf (nucleodoconhecimento.com.br)> Acesso em: 23 Nov 2022

EW, Raquel de Andrade Souza et al. Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <23437-Texto do artigo-92768-1-10-20171221.pdf >. Acesso em: 20 Nov 2022.

FERREIRA, Manuela; NELAS, Paula Batista. Adolescências... Adolescentes.. **Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health**, n. 32, p. 141-162, 2016. Disponível em: <Adolescências... Adolescentes... | Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health (rcaap.pt).> Acesso em: 20 Nov 2022

FURLANETTO, Milene Fontana et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018. Disponível em: <SciELO - Brasil - Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura> Acesso em: 22 Nov 2022

GARCIA, Esmely Cabrera et al. Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos. **Escola Anna Nery**, v. 26, 2021. Disponível em: <SciELO - Brasil - Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos. Acesso em: 09 Ago 2022

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <Metodos_e_Tecnicas_de_Pesquisa_Social_An.pdf Acesso em: 24 Nov 2022.

HORTA, Livia Correia. Vivências da sexualidade na adolescência e seus impactos sobre a relação dos (as) adolescentes com a escola. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 18418-18439, 2019. Disponível em: < View of Vivências

da sexualidade na adolescência e seus impactos sobre a relação dos (as)adolescentes com a escola / Experiences of sexuality in adolescence and its impacts on adolescent's relationship with school (brazilianjournals.com). > Acesso em: 22 Nov 2022

JORGE, Sandra Antunes et al. Conhecimento e comportamento dos adolescentes de uma escola pública sobre sexualidade e métodos contraceptivos. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, 2017. Disponível em: CONHECIMENTO E COMPORTAMENTO DOS ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA SOBRE SEXUALIDADE E MÉTODOS CONTRACEPTIVOS | Revista Baiana de Saúde Pública (sesab.ba.gov.br) Acesso em: 26 Nov 2022

LOPES, Inara Rege et al. Perfil do conhecimento e comportamento sexual de adolescentes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 4, p. e3101-e3101, 2020. Disponível em: <Vista do Perfil do conhecimento e comportamento sexual de adolescentes (acervomais.com.br)> Acesso em: 24 Nov 2022

LOPES, Iraneide Etelvina; NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé; ROCHA, Dais Gonçalves. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 773-789, 2018. Disponível em: <SciELO - Brasil - Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. > Acesso em: 23 Nov 2022

MACIEL, Kellyne Mayara do Nascimento et al. Caracterização do comportamento sexual entre adolescentes. **Rev. enferm. UERJ**, p. [e23496]-[e23496], 2017. Disponível em: <Caracterização do comportamento sexual entre adolescentes | Rev. enferm. UERJ;25: [e23496], jan.-dez. 2017. tab | LILACS | BDNF (bvsalud.org)> Acesso em: 23 Nov 2022

MACIEL, Maylla Pereira Rodrigues et al. Construção e validação de jogo educativo sobre a infecção pelo papilomavírus humano. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022. Disponível em: <SciELO - Brasil - Construção e validação de jogo educativo sobre a infecção pelo papilomavírus humano Construção e validação de jogo educativo sobre a infecção pelo papilomavírus humano.> Acesso em: 21 Nov 2022

MARQUES, Tatiane Montelatto et al. Adolescentes grávidas que experienciaram o nascimento prematuro: percepções acerca do cuidado pré-natal. **Escola Anna Nery**, v. 26, 2022. Disponível em: <SciELO - Brasil - Adolescentes grávidas que experienciaram o nascimento prematuro: percepções acerca do cuidado pré-natal Adolescentes grávidas que experienciaram o nascimento prematuro: percepções acerca do cuidado pré-natal. > Acesso em: 21 Nov 2022

MARTINS, Caroline Pagani et al. ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE

ALÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À DENGUE E À PEDICULOSE. In: **Encontro Sul 2019**. 2019. Disponível em: SciELO - Brasil - Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da Sexualidade na Adolescência Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da Sexualidade na Adolescência. Acesso em: 23 Nov 2022

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy et al. Oficina sobre sexualidade na adolescência: uma experiência da equipe saúde da família com adolescentes do ensino médio. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 573-578, 2011. Disponível em: <REME - Revista Mineira de Enfermagem - Oficina sobre sexualidade na adolescência: uma experiência da equipe saúde da família com adolescentes do ensino médio.> Acesso em: 20 Nov 2022

MARTINS, Marília da Glória et al. Associação de gravidez na adolescência e prematuridade. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 33, p. 354-360, 2011. Disponível em: <SciELO - Brasil - Associação de gravidez na adolescência e prematuridade Associação de gravidez na adolescência e prematuridade> Acesso em: 21 Nov 2022

MENSAL, CATÁLOGO. Sexualidade. 2014. Disponível em: <Cultura de Ponta - Sexualidad... (afroreggae.org). > Acesso em: 21 Nov 2022

MOREIRA, Gabriela Bragança Costa et al. Adolescentes e as infecções sexualmente transmissíveis: comportamentos de risco e fatores contextuais que contribuem para o aumento da incidência no Brasil. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**, v. 5, n. 1, p. 59-66, 2021. Disponível em: <ADOLESCENTES E AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: COMPORTAMENTOS DE RISCO E FATORES CONTEXTUAIS QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO DA INCIDÊNCIA NO BRASIL | Moreira | REVISTA INTERDISCIPLINAR CIÊNCIAS MÉDICAS.> Acesso em: 21 Nov 2022

MOREIRA, Murilo Cesar; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; DE AGUIAR JACINTO, Helyson Fernando. Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores. **Revista Psicologia e Educação On-Line**, v. 3, n. 1, p. 47-54, 2020. Disponível em: <Educacao-Sexual-nas-escolas-concepcoes-e-praticas-de-professores-Sexual-Education-in-schools-teachers-conceptions-and-practices-Educacion-Sexual-en-las-escuelas-concepciones-y-praticas-de-los-docente.pdf (researchgate.net). > Acesso em: 22 Nov 2022

PAIVA, Eliza Mara das Chagas et al. Uso de métodos contraceptivos entre acadêmicos da área da saúde. **Semina cienc. biol. saude**, p. 331-340, 2020. Disponível em: <Vista do Uso de métodos contraceptivos entre acadêmicos da área da saúde (uel.br)> Acesso em: 25 Nov 2022

PINTO LF, Giovanella L. The family health strategy: expanding access and reducing hospitalizations due to ambulatory care sensitive conditions (ACSC). *Cienc Saude Colet.* 2018;23(6):1903-13. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05592018>
<https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05592018>

RODRIGUES, Lívia Santos; DA SILVA, Maria Vanuzia Oliveira; GOMES, Maria Amábia Viana. Gravidez na adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola. **Revista Educação e Emancipação**, p. 228-252, 2019. Disponível em: < Vista do Gravidez na Adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola (ufma.br). > Acesso em: 23 Nov 2022

SANTOS, Aline Cristina Ferraz et al. Abordagem do enfermeiro na gravidez na adolescência. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, p. 17438-17456, 2020. Disponível em: <Abordagem do Enfermeiro na Gravidez na Adolescência / Nurse's Approach to Pregnancy in Adolescence | Ferraz Dos Santos | Brazilian Journal of Health Review (brazilianjournals.com)> Acesso em: 20 Nov 2022

SANTOS, Samira Fernandes Morais dos et al. Fatores associados à adequação do ganho de peso gestacional de adolescentes brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2629-2642, 2022. Disponível em: <SciELO - Brasil - Fatores associados à adequação do ganho de peso gestacional de adolescentes brasileiras Fatores associados à adequação do ganho de peso gestacional de adolescentes brasileiras> Acesso em: 21 Nov 2022

SOBRINHO, Reinaldo Antonio Silva et al. Percepção dos profissionais da educação e saúde sobre o programa saúde na escola. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 93-108, 2017. Disponível em: <Vista do Percepção dos profissionais da educação e saúde sobre o programa saúde na escola (sepq.org.br).> Acesso em: 21 Nov 2022

SOUSA, Marta Caires de; ESPERIDIÃO, Monique Azevedo; MEDINA, Maria Guadalupe. A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1781-1790, 2017. Disponível em: <SciELO - Saúde Pública - A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho (scielosp.org).> Acesso em: 21 Nov 2022

VIEIRA, Aline Aguiar et al. O uso de métodos contraceptivos por adolescentes: Conhecimento de estudantes do ensino médio. **Global Academic Nursing Journal**, v. 1, n. 3, p. e37-e37, 2020. Disponível em: <O uso de métodos contraceptivos por adolescentes: conhecimento de estudantes do ensino médio | Global Academic Nursing Journal> Acesso em: 26 Nov 2022

VIEIRA, Lidiane Sales; BELISÁRIO, Soraya Almeida. Intersectorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola. **Saúde em Debate**, v.

42, p. 120-133, 2018. Disponível em: <SciELO - Saúde Pública - Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola (scielosp.org). > Acesso em: 23 Nov 2022

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS



ACADÊMICA: MARIA EDUARDA SCHNEIDER PESSETTI

<p>1 - Sexo () Masculino () Feminino</p>	<p>2 - Idade em anos (completo) _____ anos.</p>
<p>3 - Você mora com seus pais? () Sim () Não</p>	<p>4 - Você tem vergonha de falar sobre sexo? () Sim () Não</p>
<p>5 - Seus pais/ responsáveis conversam com você sobre sexo? () Sim () Não</p>	<p>6 - Você fala sobre sexo com os seus amigos? () Sim () Não</p>
<p>7 - Você acha que as informações que são comentadas sobre sexo com seus amigos são sempre verdadeiras? () Sim () Não</p>	<p>8 - Qual o método contraceptivo você conhece? () Preservativo () Anticoncepcional () DIU () Anel vaginal () Pílula do dia seguinte</p>
<p>9 - Você acha que qual método previne a gravidez e as infecções sexualmente transmissíveis? () Preservativo () Anticoncepcional () DIU () Anel vaginal () Pílula do dia seguinte</p>	<p>10 - Você acha importante utilizar camisinha na relação sexual? () Sim () Não</p>
<p>11 - Você gostaria de receber mais informações e orientações sobre sexualidade? () Sim () Não</p>	<p>12 - Você conhece alguma infecção sexualmente transmissível? () Sim () Não</p>

13 - Você se sente preparado para assumir uma maternidade ou paternidade? () Sim () Não	14 - Você acha que o homem tem a mesma responsabilidade que a mulher na prevenção da gravidez? () Sim () Não
15 - Seus pais acham importante realizarem palestras nas escolas sobre educação sexual e reprodutiva? () Sim () Não	16 - Você acha importante realizarem palestras nas escolas sobre educação sexual e reprodutiva? () Sim () Não

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC 

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO SUL CATARINENSE

Pesquisador: LETICIA KLIMA FELIPE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63543722.1.0000.0119

Instituição Proponente: Universidade do Extremo Sul Catarinense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.675.220

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo comparativo com abordagem quantitativa. Será realizado um estudo comparativo entre escola que já recebe intervenções do Projeto de Extensão Educação Sexual e Reprodutiva para Adolescentes no território Paulo Freire e escola que ainda não recebeu as intervenções para avaliar o conhecimento dos adolescentes a respeito de sexualidade e reprodução. Como instrumento de coleta de dados será utilizado um questionário que busca identificar as percepções dos/as participantes sobre temas relacionados a sexualidade e saúde reprodutiva. Serão incluídos na amostra 50 estudantes de 11 a 12 anos em que os pais assinaram o TCLE e aceitarem participar da pesquisa assinando o termo de consentimento.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar o conhecimento de adolescentes em relação a sexualidade e saúde reprodutiva em escolas públicas de um município do Sul Catarinense.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Resguardado o sigilo pessoal dos participantes e que a aplicação do questionário seja aplicado em local confortável e reservado (que outras pessoas não possam ver as respostas dos questionários), a presente pesquisa não apresenta maiores riscos aos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante pois pode contribuir com a validação do projeto de extensão Educação

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

CEP: 88.806-000

UF: SC

Município: CRICIUMA

Telefone: (48)3431-2606

E-mail: cetica@unesc.net

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



Continuação do Parecer: 5.675.220

sexual e reprodutiva aplicada em escolares entre 11 e 12 anos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados.

Recomendações:

Recomendamos que a aplicação do questionário seja individualizada e não em grupo, que seja realizado em local reservado preservando a individualidade do participante e que seja um local confortável.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A presente pesquisa não apresenta pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2021988.pdf	21/09/2022 16:58:45		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	21/09/2022 16:57:22	LETICIA KLIMA FELIPE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	tccword1.pdf	21/09/2022 16:28:55	LETICIA KLIMA FELIPE	Aceito
Outros	cartaaceite2.pdf	21/09/2022 16:27:18	LETICIA KLIMA FELIPE	Aceito
Declaração de concordância	cartaaceite1.pdf	21/09/2022 16:26:27	LETICIA KLIMA FELIPE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle2.pdf	21/09/2022 16:24:24	LETICIA KLIMA FELIPE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle1.pdf	21/09/2022 16:24:09	LETICIA KLIMA FELIPE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Universitária, 1.105
Bairro: Universitário **CEP:** 88.806-000
UF: SC **Município:** CRICIUMA
Telefone: (48)3431-2506 **E-mail:** cetica@unesc.net

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Título da Pesquisa: Percepção de Adolescentes em Relação a Sexualidade e Saúde Reprodutiva em Escolas Públicas do Sul Catarinense.

Objetivo: Identificar o conhecimento de adolescentes em relação a sexualidade e saúde reprodutiva em escolas públicas de um município do Sul Catarinense (Criciúma – SC).

Período da coleta de dados: 10/10/2022 a 31/10/2022

Tempo estimado para cada coleta: 60 minutos (1 hora)

Local da coleta:

Pesquisador/Orientador: Letícia Felipe Milak

Telefone: (48) 9 9628-7467

Pesquisador/Acadêmico: Maria Eduarda Schneider Pessetti

Telefone: (48) 9 9655-5055

10ª fase do Curso de Enfermagem da UNESC

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde - podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido(a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERAO UTILIZADOS NA PESQUISA

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 1 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | cetica@unesc.net | www.unesc.net/cep
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Realização do contato com as escolas para confirmação de interesse em participação, onde a direção e demais órgãos competentes serão procurados para que haja aprovação e esclarecimentos sobre as ações que serão realizadas nas instituições escolhidas.

Posteriormente, contato com os pais ou responsáveis pelos alunos via direção escolar para entrega dos termos de consentimento para a realização do estudo.

Assim que o(a) pesquisador(a) dispuser dos termos de consentimento assinados pelos pais e responsáveis, o(a) mesmo(a) irá se apresentar às instituições de ensino selecionadas para a pesquisa, destacando sobre a importância da mesma, seus objetivos e métodos de aplicação, podendo também esclarecer dúvidas apresentadas pelos participantes, aplicando então o questionário em sala de aula;

Se tratando do período de coleta de dados, poderá ocorrer em até dois dias para cada escola/turma, nos meses de setembro e outubro, em um dia estabelecido pela pesquisadora juntamente com a direção escolar;

O procedimento de coleta de dados poderá se estender em até 2 horas, aproximadamente, para que os participantes consigam ler o questionário com atenção e ter um tempo justo para respondê-lo;

Os dados obtidos após a aplicação do questionário, serão tabulados a partir de produção de planilhas estruturadas no Office Excel e em seguida analisados para que haja a contagem dos dados para a obtenção dos resultados em forma de números/porcentagem, com o objetivo de obter melhor interpretação dos mesmos.

RISCOS

Perda da confidencialidade dos dados e este risco será amenizado pela privacidade mantida, não sendo divulgado os dados pessoais do paciente.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

BENEFÍCIOS

Todas as pesquisas envolvendo seres humanos são guiadas por princípios que garantem sua condução de forma ética. O princípio de não causar danos, por exemplo, preza por maximizar os benefícios e minimizar os riscos, de forma a não prejudicar os indivíduos que estão participando do estudo. O estudo só deve ser realizado se os riscos esperados para os participantes não superarem os benefícios. Sendo assim, esta pesquisa oferece elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos participantes da pesquisa e de outros indivíduos;

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao(à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) **MARIA EDUARDA SCHNEIDER PESSETTI** pelo telefone (48) 9 9655-5055 e/ou pelo e-mail: meduardaschp@gmail.com.

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço no rodapé da página).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 3 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | ceetica@unesc.net | www.unesc.net/cep
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

ASSINATURAS	
Voluntário(a)/Participante	Pesquisador(a) Responsável
Assinatura	Assinatura
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

Criciúma (SC), 20 de Setembro de 2022.

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 4 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.808-000 – Criciúma / SC
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | ceica@unesc.net | www.unesc.net/cep
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.